

BMG PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

BMG PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido negativo

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
BMG Participações S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da BMG Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BMG Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a qual demonstra que a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo de R\$ 984.878.541. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1, tal evento ou condição indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 MG 009485/F-0

Laureano Gomes de Oliveira Souza
Contador CRC 1 MG 110753/O-0

BMG PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido negativo			
	Nota explicativa	2024	2023		Nota explicativa	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	93.323.086	35.042.492	Fornecedores	12	7.060	3.229
Impostos a recuperar	5	45.679.284	37.284.951	Impostos e contribuições a recolher	13	1.779.005	5.187.951
Outros créditos	6	-	48.508.572			1.786.065	5.191.180
		<u>139.002.370</u>	<u>120.836.015</u>				
Não circulante				Não circulante			
Aplicação financeira	7	35.077.197	35.150.556	Empréstimos e financiamentos	14	2.736.803.735	2.558.947.257
Partes relacionadas	8	307.190.315	232.075.400			<u>2.736.803.735</u>	<u>2.558.947.257</u>
		<u>342.267.512</u>	<u>267.225.956</u>				
Propriedades para investimentos				Patrimônio líquido negativo			
Propriedades para investimentos	9	15.760.000	15.760.000	Capital social	15	142.360	142.360
Fundo de investimentos	10	116.536.231	101.955.686	Prejuízos acumulados		(505.498.123)	(550.039.677)
Investimentos	11	1.140.145.146	1.039.424.759	Ajuste variação PL		(479.522.778)	(469.038.551)
Imobilizado		-	153			<u>(984.878.541)</u>	<u>(1.018.935.868)</u>
		<u>1.272.441.377</u>	<u>1.272.441.377</u>				
Total do ativo		<u><u>1.753.711.259</u></u>	<u><u>1.545.202.569</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido negativo		<u><u>1.753.711.259</u></u>	<u><u>1.545.202.569</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

BMG PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais)

	Nota explicativa	2024	2023
Receita líquida		-	-
Custos com atividades esportivas, sociais e patrimoniais		-	-
Lucro bruto		-	-
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	16	(7.370.434)	(16.170.780)
Resultado de equivalência patrimonial		111.204.614	111.412.165
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	17	34.965.685	(65.536.191)
		<u>138.799.865</u>	<u>29.705.194</u>
Prejuízo operacional antes das receitas financeiras, líquidas		<u>138.799.865</u>	<u>29.705.194</u>
Receitas/(despesas) financeiras, líquidas			
Receitas financeiras	18	84.327.053	82.954.367
Despesas financeiras	18	(178.585.364)	(176.724.057)
		<u>(94.258.311)</u>	<u>(93.769.690)</u>
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		<u>44.541.554</u>	<u>(64.064.496)</u>
Prejuízo por ação (R\$)		<u>3,13</u>	<u>(4,50)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

BMG PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais)

	2024	2023
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	44.541.554	(64.064.496)
Resultados abrangentes	(10.484.227)	(57.830.996)
Resultado líquido do exercício com efeito dos resultados abrangentes e antes da participação de não controladores	<u>34.057.327</u>	<u>(121.895.492)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

BMG PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido negativo (Valores expressos em Reais)

	Capital Social	Variação do ajuste a valor de mercado - Reflexo	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	142.360	(411.207.555)	(485.975.181)	(897.040.376)	2.404	(897.037.972)
Prejuízo do exercício	-	-	(64.064.496)	(64.064.496)	-	(64.064.496)
Participação de não controladores	-	-	-	-	(2.404)	(2.404)
Ajuste a valor de mercado - Reflexo	-	(57.830.996)	-	(57.830.996)	-	(57.830.996)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	142.360	(469.038.551)	(550.039.677)	(1.018.935.868)	-	(1.018.935.868)
Lucros do exercício	-	-	44.541.554	44.541.554	-	44.541.554
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-
Ajuste a valor de mercado - Reflexo	-	(10.484.227)	-	(10.484.227)	-	(10.484.227)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	142.360	(479.522.778)	(505.498.123)	(984.878.541)	-	(984.878.541)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

BMG PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	44.541.554	(64.064.496)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	153	2.000
Resultado de equivalência patrimonial	(111.204.614)	(111.412.165)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	177.856.478	176.559.625
	<u>111.193.571</u>	<u>1.084.964</u>
Aumento/(redução) nos ativos		
Aplicação financeira	73.359	158.176
Impostos e contribuições a recuperar	(8.394.333)	(7.400.976)
Outros créditos	48.508.572	(32.017.632)
	<u>40.187.598</u>	<u>(39.260.432)</u>
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	3.831	(756)
Impostos e contribuições a recolher	(3.408.946)	3.310.334
Outros passivos circulantes	-	(1.124.149)
	<u>(3.405.115)</u>	<u>2.185.429</u>
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>147.976.054</u>	<u>(35.990.039)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos	-	81.219.704
Fundo de investimentos	(14.580.545)	(25.617.921)
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(14.580.545)</u>	<u>55.601.783</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas, líquidas	(75.114.915)	(18.877.379)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(75.114.915)</u>	<u>(18.877.379)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>58.280.594</u>	<u>734.365</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	35.042.492	34.308.127
Caixa e equivalentes no final do exercício	93.323.086	35.042.492
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>58.280.594</u>	<u>734.365</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A BMG Participações S.A., constituída na forma de sociedade anônima, estando sediada no município de Belo Horizonte/MG. A Companhia tem por objeto social a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e a participação societária no capital social de outras sociedades como acionista ou quotista.

A BMG Participações S.A. vem apresentando sucessivos e relevantes prejuízos nos últimos anos, em 2024 a companhia apresentou lucro de R\$ 44.541.555 e patrimônio líquido negativo de R\$ 984.878.541. Quando a Companhia apresenta resultados positivos, estes são utilizadas para absorver os prejuízos acumulados. Os acionistas garantem recursos necessários à manutenção das operações e a intenção da continuidade da Companhia.

2. Bases de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aprovam os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 30 de abril de 2025.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia por se tratar do principal ambiente econômico em que atua. Todas as informações financeiras apresentadas foram expressas em Reais, exceto se indicado de outra forma.

c. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- As propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as normas exigidas pelo CPC, no que tange que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando ela transfere o direito ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Caixa e equivalente de caixa, títulos de renda variável, partes relacionadas e outros créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras e outras contas a pagar.

(iii) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. Os riscos envolvendo essas transações estão apresentados na Nota Explicativa nº 20.

3.3. Contas a receber

As contas a receber de clientes, no ativo circulante e não circulante, referem-se a cessão/ venda de direitos econômicos e/ou federativos sobre atletas e incluem, quando aplicável, encargos financeiros pactuados em instrumentos contratuais ou de confissão de dívidas.

3.4. Investimentos

Representados por participações em empresas controladas e coligadas, sendo avaliadas pela equivalência patrimonial nos balanços encerrados, com base nos percentuais de participação da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da investidora, a Administração determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos existentes. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, reconhecendo o montante na demonstração do resultado da investidora.

3.5. Propriedades para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

O custo inclui as despesas que são diretamente atribuíveis a aquisição da propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída internamente inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer outro custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

3.6. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

As taxas de depreciação são as usuais em função do tempo estimado de vida útil; a amortização das benfeitorias no prazo de arrendamento do imóvel.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

3.7. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, incluindo a participação em uma investida reconhecida por equivalência patrimonial, é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferido ativo, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa a partir de seu uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou UGCs. Sujeito ao limite do segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de tal forma que o nível no qual o teste de redução ao valor recuperável é realizado reflita o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.10. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras, receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora) e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação diferidas, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e contraprestações contingentes e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesas financeiras dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida.

3.11. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência dos exercícios e considera:

- (i) As provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram calculadas de acordo com as normas do Regulamento do Imposto de Renda;
- (ii) As receitas e despesas são apropriados de acordo com o regime de competência dos exercícios. Considera ainda nos reconhecimentos de receitas a extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Entidade, quando possa ser mensurada de forma confiável, sendo creditada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

3.12. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Outros passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração.

Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis.
A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Contábeis (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações contábeis, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

3.14. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis.

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Contábeis (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações contábeis, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por moeda local, saldos mantidos em contas bancárias para livre movimentação e investimentos temporários em aplicações financeiras de imediata liquidez:

	2024	2023
Bancos - conta corrente	90.859	72.255
Certificados de depósitos bancários - CDB	93.232.227	34.970.237
Total	<u>93.323.086</u>	<u>35.042.492</u>

5. Impostos a recuperar

Saldos registrados referem-se a impostos a recuperar do ano corrente e de exercícios passados, atualizados pela Selic na data de encerramento do exercício:

	2024	2023
IRPJ a recuperar	45.679.284	37.284.951
Total	<u>45.679.284</u>	<u>37.284.951</u>

6. Outros créditos

	2024	2023
Juros sobre capital próprio a receber (a)	-	44.055.065
Valores a receber (b)	-	4.453.507
Total	<u>-</u>	<u>48.508.572</u>

a) Juros sobre o capital próprio a receber do Banco BMG, provisionados em 2023, recebido em 2024.

b) Valor a receber referente a participação societária na empresa Vevent Empreendimentos e Participações S.A realizada em 2023, recebido em 2024.

BMG PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

7. Aplicações financeiras de Longo Prazo

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Letras financeiras do tesouro	35.077.197	35.150.556
Total	<u>35.077.197</u>	<u>35.150.556</u>

Aplicações em Letras Financeiras Subordinadas emitidas pelo Banco BMG a remuneração 130% variação do Selic, vencimentos em Abril/2069 e as aplicações em CDB BMG indexadas a variação do CDI com liquidez diária, com vencimentos previstos para o período de outubro/2027 a dezembro/2027.

8. Partes relacionadas

Corresponde à saldos realizados de mútuos celebrados junto a empresas e pessoas ligada.

Os saldos de transações com partes relacionadas em 31 de dezembro, estão assim representados:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativo		
RAJ Participações S.A	188.874.826	169.805.766
Comercial Mineira S.A.	19.379.004	14.113.007
EGL Empreendimentos Gerais Ltda.	16.181.316	16.181.316
Pessoas ligadas	82.462.664	31.682.806
Outras partes relacionadas	292.505	292.505
Total	<u>307.190.315</u>	<u>232.075.400</u>

9. Propriedades para investimentos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fazenda Biboca	15.760.000	15.760.000
Total	<u>15.760.000</u>	<u>15.760.000</u>

10. Fundos de investimentos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
JERA 2026 - Fundo de Investimento	116.536.231	101.955.686
Total	<u>116.536.231</u>	<u>101.955.686</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

Aplicações em fundos investimentos administrados pela AF INVEST ADMINSTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA nos fundos de: a) Renda fixa Pós-fixados - AF INVEST FIRF CP GERAES e b) FUNDOS MULTIMERCADOS - JERA2026 FIM CP IE.

11. Investimentos

Apresentamos a seguir as principais informações relacionadas aos investimentos da Companhia:

	2024	2023
Banco BMG S.A.	1.140.132.942	1.039.412.555
BMG Soluções Eletrônicas S.A.	12.196	12.196
CBFACIL Corretora de Seguros	8	8
Total	1.140.145.146	1.039.424.759

Apresentamos a seguir as principais informações relacionadas aos investimentos da Companhia:

	Participação	Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Movimentação PL investida	Venda Participação	Saldo em 31/12/2024
Banco BMG S.A.	26,48%	1.039.412.555	111.204.614	(10.484.227)	-	1.140.132.942
BMG Soluções Eletrônicas S.A.	0,62%	12.196	-	-	-	12.196
CBFACIL Corretora de Seguros	-	8	-	-	-	8
		1.039.424.759	111.204.614	(10.484.227)	-	1.140.145.146

12. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores Nacionais	7.060	3.229
Total	7.060	3.229

13. Impostos e contribuições a recolher

	2024	2023
COFINS a recolher	1.464.799	4.266.353
PIS a recolher	313.658	921.193
PIS/COFINS/CSLL a recolher	268	169
ISSQN retenção a recolher	194	182
IRRF a recolher	86	54
Total	1.779.005	5.187.951

14. Empréstimos e financiamentos

Valores contratados junto ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Os saldos estão assim representados:

	2024	2023
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	2.736.803.735	2.558.947.257
Total	<u>2.736.803.735</u>	<u>2.558.947.257</u>

O empréstimo, com parcela única, vence em 2026, com juros prefixados conforme o contato firmado junto à instituição.

Referência	Tipo Correção
Capital de giro	SELIC, IPCA

Os empréstimos bancários são garantidos por alienação fiduciária de valores mobiliários (ações), imóveis e aval dos sócios. Não há *covenants*.

15. Patrimônio líquido negativo

Capital social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 142.360 (cento e quarenta e dois mil, trezentos e sessenta reais) dividido em 14.236.000 (quatorze milhões, duzentas e trinta e seis mil) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

16. Despesas administrativas e gerais

	2024	2023
Impostos, taxas e contribuições	(6.550.002)	(6.550.284)
Honorários advocatícios	(369.406)	(277.702)
Despesas processuais	(445)	(2.393)
Depreciação	(153)	(2.000)
Indenizações a terceiros	-	(9.118.112)
Consultoria e assessoria	-	(4.000)
Despesas gerais e administrativas diversas	(450.428)	(216.289)
Total	<u>(7.370.434)</u>	<u>(16.170.780)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

17. Outras receitas/(despesas) operacionais

	2024	2023
Ganho/Perda na alienação de ativo permanente	34.958.437	(66.309.126)
Recuperação de despesas	7.248	101.000
Outras despesas	-	671.935
Total	<u>34.965.685</u>	<u>(65.536.191)</u>

18. Receitas/(despesas) financeiras, líquidas

O resultado financeiro líquido está assim representado:

	2024	2023
Receitas financeiras		
Juros sobre o capital próprio	57.142.165	58.007.019
Rendimentos de aplicação financeira	24.315.776	21.409.577
Juros ativos	2.863.440	3.537.771
Variação monetária	5.672	-
	<u>84.327.053</u>	<u>82.954.367</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(177.856.477)	(176.559.625)
Descontos concedidos	(675.549)	-
Outras despesas financeiras	(53.338)	(46.471)
Resultado com títulos de renda variável	-	(117.961)
	<u>(178.585.364)</u>	<u>(176.724.057)</u>
Total	<u>(94.258.311)</u>	<u>(93.769.690)</u>

19. Imposto de Renda e Contribuição Social

A companhia possui, em 31 de dezembro de 2024, bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais a compensar com lucros tributáveis futuros, sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, para compensação de acordo com o limite de 30% do lucro tributável de cada exercício.

Em virtude de incertezas quanto ao prazo de recuperação dos referidos créditos e à falta de histórico de lucratividade, a Companhia optou por cessar o registro do imposto de renda diferido conforme CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro.

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitos a essas condições, conforme legislação e prazos de prescrição aplicáveis.

20. Instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

a) Estrutura de gerenciamento de risco

A Diretoria tem a responsabilidade para o estabelecimento da supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Estrutura de gerenciamento de risco e definição das estratégias é sempre definida em conjunto com o Controlador da Companhia. A Diretoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

b) Risco de crédito

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado, conforme descrito a seguir.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira - estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, tem nos ganhos da Entidade ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro dos parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

d) Riscos financeiros

É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinados instrumentos financeiros oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. A Companhia gerencia o risco de mercado com o objetivo de garantir que ela esteja exposta somente a níveis considerados aceitáveis de risco dentro do contexto de suas operações.

e) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes substancialmente atreladas às variações do CDI, SELIC e IPCA, nas aplicações financeiras em reais citada na Nota explicativa nº 7, empréstimos e financiamentos na Nota Explicativa nº 14.

21. Cobertura de seguros

A Companhia avalia a necessidade de contratação ou não de coberturas de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de exame pela auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

22. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e a data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis que pudessem alterar as posições contábeis do balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

Ricardo Annes Guimarães
Diretor

Vanilce dos Santos Oliveira
Contador CRC MG 091646/0-0